



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.065	20.255	
Concessionárias	4	25.507	21.548	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	4.707	6.938	
Outros tributos compensáveis	5	4.135	4.036	
Estoques	6	5.898	5.478	
Prêmio de risco - GSF	10	541	541	
Adiantamentos a fornecedores	11	12.664	4.395	
Outros créditos	12	1.773	4.395	
Total do Ativo Circulante		74.290	63.191	
Não circulante				
Tributos diferidos	7	8.606	8.686	
Cauções e depósitos vinculados	9	5.320	3.521	
Prêmio de risco - GSF	10	2.253	2.794	
Adiantamentos a fornecedores	11	17.757		
Outros créditos	12	32	386	
		33.968	15.387	
Imobilizado	13	205.588	212.464	
Intangível	14	881	208	
		206.469	212.672	
Total do Ativo Não circulante		240.437	228.059	
TOTAL DO ATIVO		314.727	291.250	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	8.031	6.805
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	9.293	7.067
Outros tributos a recolher	5	3.698	3.039
Dividendos	16	7.798	3.504
Debêntures	17	22.047	58.967
Benefícios pós-emprego	18	562	533
Encargos setoriais	19	3.661	3.485
Adiantamentos de clientes	11	12.664	
Outras contas a pagar	12	3.541	3.028
Total do Passivo Circulante		71.285	86.428
Não circulante			
Tributos diferidos	7	46	
Debêntures	17	10.786	32.296
Benefícios pós-emprego	18	13.214	15.045
Encargos setoriais	19	460	216
Provisões	20	7.964	5.572
Adiantamentos de clientes	11	17.757	
Outras contas a pagar	12	870	918
Total do Passivo Não circulante		51.097	54.047
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	48.205	39.636
Reservas de lucros	21.3	147.648	116.764
Outros resultados abrangentes	21.4	(3.508)	(5.625)
Total do Patrimônio líquido		192.345	150.775
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		314.727	291.250

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2018	2017
Receitas	22	277.197	194.072
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(90.600)	(44.121)
Custo de operação		(21.237)	(20.759)
Custo do serviço prestado a terceiros			(19)
		(111.837)	(64.899)
Lucro bruto		165.360	129.173
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(10.788)	(11.056)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.824)	(2.497)
		(13.612)	(13.553)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		151.748	115.620
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		3.997	3.900
Despesas financeiras		(8.757)	(16.097)
		(4.760)	(12.197)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		146.988	103.423
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.536)	(16.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.011	491
		(19.525)	(16.310)
Lucro líquido do exercício		127.463	87.113
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,81077	2,19783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2018	2017
Lucro líquido do exercício	127.463	87.113
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	3.208	(2.767)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.091)	941
	2.117	(1.826)
Resultado abrangente do exercício	129.580	85.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2018	2017
Geração do valor adicionado	318.013	223.604
Receita operacional	316.035	219.983
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(41)
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.971	3.658
Outras receitas	7	4
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(114.145)	(64.267)
Custos da energia comprada	(93.703)	(42.164)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.121)	(5.678)
Materiais	(1.333)	(2.274)
Serviços de terceiros	(7.662)	(8.762)
Outros custos operacionais	(5.326)	(5.389)
Valor adicionado bruto	203.868	159.337
Retenções		
Depreciações e amortizações	(8.011)	(7.776)
Valor adicionado líquido produzido	195.857	151.561
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.249	3.839
Valor adicionado total a distribuir	200.106	155.400
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	9.727	10.020
Benefícios	1.833	1.706
FGTS	747	694
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	50.000	38.438
Estaduais	39	64
Municipais	53	23
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	8.757	16.097
Aluguéis	1.487	1.245
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	9.162	4.122
Dividendos	50.000	37.000
	131.805	109.409
Lucros retidos	68.301	45.991
	200.106	155.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

1.1 Concessão
A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Início	Concessão	Termino
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995		16/07/2025

(*) Não auditado pelos auditores independentes
O contrato de concessão tem duração de 30 anos, podendo ser prorrogado pelo exercício de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.
Da energia assegurada de 134,8 MWm, a Companhia possui comercializado 95,74 MWm nos seguintes ambientes: (i) 28,00 MWm no Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 67,74 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 4 e 8).
Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de suas negociações, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 19.1).

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa afetar a administração da Companhia se baseada em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019. Após essa data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 18.

2.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		146.988	103.423
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		46	41
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			
Depreciações e amortizações		7.958	7.748
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		162	997
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(7)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		5.237	14.040
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		(1.677)	1.509
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.501	1.309
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.215	966
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(987)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(365)	(1.391)
Amortização do prêmio de risco - GSF		541	541
		161.612	129.183
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(3.959)	581
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(3)	
Outros tributos compensáveis		(9.806)	(5.648)
Estoques		(420)	(843)
Cauções e depósitos vinculados		(812)	(513)
Adiantamentos a fornecedores		(30.421)	14.813
Outros ativos operacionais		2.976	
		(42.445)	8.390
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		1.226	1.872
Outros tributos a recolher		11.388	8.622
Benefícios pós-emprego		3.083	(418)
Encargos setoriais		(795)	(1.732)
Provisões		(109)	(484)
Adiantamentos de clientes		30.421	
Outros passivos operacionais		472	(6.413)
		45.686	1.447
Caixa proveniente das atividades operacionais		164.853	139.200
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.053)	(7.710)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		146.800	131.310
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.971)	(3.658)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(1.971)	(3.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(82.352)	(40.523)
Amortização do principal de debêntures		(57.600)	(60.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(6.067)	(16.439)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(146.019)	(116.962)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	28.1	(1.190)	10.690
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		19.065	20.255
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.255	9.565
		(1.190)	10.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	39.636	74.296	(3.806)	-	110.126
Dividendo adicional aprovado AGO de 11/04/2017		(3.523)			(3.523)
Lucro líquido do exercício				87.113	87.113
Destinação do lucro					
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		17.143		(17.143)	-
Dividendos Intermediários (JSCP)				(4.122)	(4.122)
Dividendos Intermediários - RCA de 11/07/2017				(30.000)	(30.000)
Dividendos Intermediários - RCA de 20/10/2017				(7.000)	(7.000)
Dividendos adicionais propostos		28.848		(28.848)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.756)		(2.756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			937		937
Saldos em 31 de dezembro de 2017	39.636	116.764	(5.625)	-	150.775
Saldos em 31 de dezembro de 2017	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Aumento de capital social - AGE 25/04/2018					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado
São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MOPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.
No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %			31/12/2018			Taxas anuais médias de depreciação %			31/12/2017		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido			
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos		1	1									
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.654	(25.928)	19.726	2,35	44.807	(25.362)	19.445				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03	21.092	(15.441)	5.651	3,03	21.092	(15.230)	5.862				
Máquinas e equipamentos	3,15	232.107	(58.676)	173.431	3,08	228.257	(51.513)	176.744				
Veículos	14,29	100	(26)	74	14,29	54	(12)	42				
		298.954	(100.071)	198.883		294.211	(92.117)	202.094				
Administração												
Máquinas e equipamentos	6,25	39	(5)	34								
Veículos	14,29	243	(6)	237								
		282	(11)	271								
Atividades não vinculadas à concessão												
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	93	(5)	88	3,33	93	(2)	91				
		93	(5)	88		93	(2)	91				
Total do Imobilizado em serviço		299.329	(100.087)	199.242		294.304	(92.119)	202.185				
Imobilizado em curso												
Geração		6.210		6.210		10.279		10.279				
Administração		136		136								
Total do Imobilizado em curso		6.346		6.346		10.279		10.279				
Total Imobilizado		305.675	(100.087)	205.588		304.583	(92.119)	212.464				

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2017		Ingressos	Transferências para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2018	
Imobilizado em serviço									
Terrenos	1							1	
Reservatórios, barragens e adutoras	19.445			847	(566)			19.726	
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.933				(214)			5.739	
Máquinas e equipamentos	176.744			3.889	(7.168)			173.465	
Veículos	42			290	(21)			311	
Total do Imobilizado em serviço	202.185			5.026	(7.969)			199.242	
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras	1.649				(847)			847	1.649
Edificações, obras civis e benfeitorias	875		5		(847)			450	33
Máquinas e equipamentos	7.035		718		(3.889)			79	4.314
Adiantamento a fornecedores	-							(376)	79
A ratear	376							(156)	(153)
Outros	344		526		(290)			(156)	271
Total do Imobilizado em curso	10.279	1.249		(5.026)				10.279	6.346
Total do Imobilizado	212.464	1.249			(7.969)			205.588	

14 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimento de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

17 Debêntures

17.1 Composição do saldo de Debêntures

	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2018			31/12/2017				
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Agente fiduciário																	
Simplifif Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	3.600	10	36.000	1ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2018	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI +	Principal em parcela única no vencimento e juros semestrais								
(-) Custos de emissão				(427)		20/04/2016 a 20/04/2018			Amortização mensal				(69)		(69)		
Simplifif Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	5.400	10	54.000	2ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2020	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI +	Principal semestral a partir de abril/2018 e juros semestrais	537	21.600	10.800	32.937	628	36.000	32.400	69.028
(-) Custos de emissão				(640)		20/04/2016 a 20/04/2020			Amortização mensal			(90)	(14)	(104)	(173)	(104)	(277)
Total										537	21.510	10.786	32.833	1.609	57.358	32.296	91.263

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

17.2 Movimentação das debêntures do exercício

	Valor líquido em 31/12/2017		Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2018	
Circulante								
Principal	57.600	(57.600)			21.600			21.600
Juros	1.609	(6.067)		4.995				537
Custo de transação	(242)				(90)	242		(90)
	58.967	(63.667)		4.995	21.510	242		22.047
Não circulante								
Principal	32.400				(21.600)			10.800
Custo de transação	(104)				90			(14)
	32.296				(21.510)			10.786

17.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
2019	22.047	22.047
Não circulante		
2020	10.786	10.786
Total	32.833	32.833

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (ii) liquidação, dissolução, decretação de falência, pedido de auto-falência ou de recuperação extrajudicial;
- (iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 2,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;
- (iv) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% dos Debenturistas de cada série presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade;
- (v) pedido de recuperação judicial da emissora, bem como pedido de falência da emissora, formulado por terceiros, sem o depósito elisivo realizado no prazo legal, sem prejuízo da possibilidade de contestação pela Emissora;
- (vi) cancelamento, perda, revogação, suspensão ou não renovação de concessão direta para geração de energia elétrica;
- (vii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora;
- (viii) inadimplemento, pela Emissora, desde que observados os respectivos prazos de cura previstos em qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional; e
- (ix) protesto de títulos contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, em até 30 dias contados da ciência da Emissora, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) sanado(s), cancelado(s), suspenso(s) ou contestado(s) mediante depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados.
A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.
Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Assistência médica e seguro de vida	557	533	13.214	15.045
Contribuição definida	5	5	533	13.214
	562	538	13.747	28.259

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enerusil, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. Contudo, durante o exercício de 2018, a Companhia realizou a retirada do patrocínio dos planos, liquidando de forma antecipada todas suas obrigações correspondentes aos mesmos.

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006 e administrado pela EnerPrev). O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades dadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2018 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano		Valor justo dos ativos do plano		Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.675)		2.392		(717)	(4)
Custo do serviço corrente	(4)					(5)
Custo dos juros	(14)		20		(11)	(4)
Custo especial por término de benefício	1.574		(2.206)		630	(2)
Ganhos/(perdas) atuariais	26					26
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(93)		206		(98)	15

As contribuições da Companhia esperadas para o exercício de 2019 são de R\$57.

18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Escelsos II	
	Circulante	Não Circulante
2019	1	1
2020	2	2
2021	3	3
2022	4	4
2023	36	36
2024 a 2028	48	49
Total	49	49

18.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

14.1 Composição do Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %		31/12/2018		Taxas anuais médias de amortização %		31/12/2017	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	392	(308)	84	20,00	339	(276)	63
Direito de concessão - Licenças ambientais		68	(68)	-		68	(68)	-
		460	(376)	84		407	(34	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2018			2017		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	6		30			26
Participantes assistidos				4		
Dependentes				37		
Aposentados e pensionistas	54	26		25	26	
Total	54	26	-	62	26	-
Total	60	26	30	66	26	26

18.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais			
Taxa de desconto	12.712	165	954
Aumento em 0,5%	11.958	144	890
Redução em 0,5%	13.542	189	1.026
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novos do que sua idade real	13.207	168	939
Fator de envelhecimento			
Aumento em 0,5%	13.445		
Redução em 0,5%	12.047		

18.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2018			2017		
	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas						
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	5,4% a.a.	n/a	n/a	5,4% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,52% a.a.	4,52% a.a.	n/a	n/a	4,52% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2028	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas						
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Econômicas						
Taxa de desconto - nominal	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.	10,34% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,65% a.a.	4,65% a.a.	n/a	n/a	4,65% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,92% a.a. em 2018, reduzindo linearmente para 6,74% a.a. até 2027	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.	4,65% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas						
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

19 Encargos regulamentares e setoriais

	2018						
	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transfêrências	Saldo em 31/12/2018
Quota de reserva global de reversão - RGR	12.1 e 22	77	2.851	(1.706)	(982)		240
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		679	3.576	(3.466)			789
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1 e 22	2.907	2.661	151	(2.675)		3.044
Outros encargos		38	517	(507)			48
Total		3.701	9.605	151	(8.354)	(982)	4.121
Circulante		3.485					3.661
Não Circulante		216					460
Total		3.701					4.121

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

20 Provisões

	Não circulante		
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras		7.964	5.572
Total		7.964	5.572

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo			
	Baixas		Reversões		Depósito		Judicial (Nota 9)	
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	5.060	861	(109)	(142)	1.464	7.134	3.914	2.190
Cíveis	512	157			161	830		
Total Não circulante	5.572	1.018	(109)	(142)	1.625	7.964	3.914	2.190

20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	31/12/2018	31/12/2017	Depósito	Judicial (Nota 9)
Trabalhistas	716	882	379	382
Cíveis	25.265	20.044		
Fiscais	1.275	1.127		
Total	27.276	22.053	379	382

20.1.2.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interps recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso.

O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$21.262 (R\$14.442 em 31 de dezembro de 2017), sendo a variação do exercício decorrente da revisão dos montantes com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$902 (R\$824 em 31 de dezembro de 2017).

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$48.205 (R\$39.636 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em AGO realizada em 25 de abril de 2018 foi realizado o aumento de Capital social no valor de R\$8.569, com a emissão de 8.568.869 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante a capitalização de Reserva legal, uma vez que a mesma atingiu o seu limite conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	48.204.767	100,00%	39.635.898	100,00%
Demais acionistas	3	0,00%	3	0,00%
Total	48.204.770	100,00%	39.635.901	100,00%

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
- (iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		127.463	87.113
Constituição da reserva legal - 5%	21.3.1	(1.714)	
		125.749	87.113

Destinação do lucro:

Dividendos intermediários - JSCP	16	9.162	4.122
Dividendos intermediários	16	50.000	37.000
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	21.3	27.302	17.143
Lucro do exercício a deliberar	21.3	39.285	28.848
Dividendo adicional proposto	21.3		28.848
		125.749	87.113

Dividendos por ação - RS - JSCP		0,19006	0,10400
Dividendos por ação - RS - Dividendos intermediários		1,03724	0,93350

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de lucros			
Legal	21.3.1	9.641	16.496
Retenção de lucros		127	127
Lucro do exercício a deliberar	21.2 e 21.3.2	39.285	
Dividendo adicional proposto	21.2 e 21.3.2		28.848
Incentivos fiscais	21.3.3	98.595	71.293
Total		147.648	116.764

21.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

A variação do saldo no exercício de 2018 é decorrente: (i) da redução de R\$8.569 para aumento de capital social conforme descrito na nota 21.1; e (ii) do aumento de R\$1.714 relativo à constituição da reserva relativa ao exercício de 2018 (Nota 21.2).

21.3.2 Dividendo adicional proposto e Lucro do exercício a deliberar

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$28.848 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 16) conforme deliberação da AGO realizada em 25 de abril de 2018.

21.3.3 Incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção atualizada encontra-se excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 25.1).

21.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme as regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2017	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2018
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(6.522)	4.194	(986)		(3.314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.897			(1.091)	1.806
	(5.625)	4.194	(986)	(1.091)	(3.508)

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2018	2017	2018	2017
Suprimento de energia elétrica					
Energia de curto prazo	22.1	1.317.466	1.086.327	265.773	210.494
Outras receitas operacionais		172.480	48.504	50.086	9.298
Recarga operacional bruta		1.489.946	1.134.831	316.035	219.983
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS</					

